

A cultura material escolar nas escolas paulistas oitocentistas

Resumo

Neste artigo apresenta-se um balanço quantitativo da provisão material das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo no decurso do século XIX. A partir de abordagem histórica e ancorada nos constructos da História Cultural, foram analisados leis, decretos, inventários de objetos e relatórios dos professores e presidentes da Província, o que permitiu identificar os mobiliários, equipamentos e utensílios pedagógicos que eram oferecidos às escolas paulistas. Com isso, problematiza-se sobre as materialidades dessas escolas discorrendo sobre os artefatos que os professores solicitavam ao governo a fim de colocarem em prática a instrução elementar paulista no decorrer dos Oitocentos.

Palavras-chave: instrução; cultura material escolar; São Paulo; século XIX.

Eduardo de Souza

Universidade Federal de São Paulo –
UNIFESP – São Paulo/SP – Brasil
edu10pontos@gmail.com

Para citar este artigo:

SOUZA, Eduardo de. A cultura material escolar nas escolas paulistas oitocentistas. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 26, n. 60, p. 226-256, jan./abr. 2025.

DOI: 10.5965/1984723826602025226

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723826602025226>

The material culture of schooling in the 19th Century schools of São Paulo

Abstract

This article presents a quantitative balance of the material provision of primary schools in the Province of São Paulo during the 19th century. Using a historical approach and anchored in the constructs of Cultural History, different aspects constituting the meaning of documents were analyzed from a discursive and dialogical point of view, such as laws, decrees, inventories of objects and reports from teachers, inspectors and presidents of the Province, which made it possible to identify the furniture, equipment and pedagogical utensils that were offered to schools in São Paulo in the 19th century. With this, materiality of these schools are problematized, discussing the artifacts that teachers requested from the government in order to put São Paulo's elementary instruction into practice.

Keywords: instruction; school material culture; São Paulo; XIX Century.

La cultura material de la escolarización en las escuelas paulistas del siglo XIX

Resumén

Este artículo presenta un balance cuantitativo de la dotación material de las escuelas primarias de la Provincia de São Paulo durante el siglo XIX. Con un enfoque histórico y anclado en los constructos de la Historia Cultural, se analizaron desde un punto de vista discursivo y dialógico diferentes aspectos que constituyen el significado de documentos, tales como leyes, decretos, inventarios de objetos e informes de docentes, inspectores y presidentes de las Provincia, que permitió identificar los muebles, equipamientos y los utensilios pedagógicos que se ofrecían a las escuelas de São Paulo en el siglo XIX. Con esto, se problematizan las materialities estas escuelas, discutiendo los artefactos que profesores solicitaron al gobierno para poner en práctica la instrucción primaria paulista.

Palabras clave: instrucción; cultura material escolar; São Paulo; siglo XIX.

Introdução

Na sala de aula de uma escola qualquer, levando-se em consideração o contexto, a localidade e a época, é possível deparar-se com um conjunto de recursos materiais indispensáveis à concretização dos processos de ensino. Livros didáticos, quadros de história, mobiliários, suportes e instrumentos para o ensino da leitura e da escrita, objetos que perpassam as práticas de ensino e perfazem o que se denominou na História da Educação de cultura material escolar.

A cultura material escolar pode ser compreendida como o conjunto de instrumentos, artefatos e objetos que auxiliam na concretização do funcionamento da escola e que envolve desde “mobiliários e acessórios até a infraestrutura do prédio escolar, equipamentos e utensílios destinados ao ensino das disciplinas como livros de leitura, cartilhas, mapas, globos, laboratórios de física e química e outros” (Souza, 2007, p. 169).

A emergência de estudos sobre essa materialidade é algo recente na historiografia da educação. Para Souza (2007), as primeiras pesquisas sobre cultura material escolar tinham como recorte a história das instituições escolares, de modo que a temática foi se ampliando e a literatura especializada atual aponta produções sobre a arquitetura, os programas de ensino, os utensílios de higiene pessoal, as indumentárias e ainda as relações estabelecidas no interior das escolas, objetivadas nos métodos, programas, currículos e organização didático-pedagógica, além de investigações sobre acessórios específicos que compõem o universo escolar.

Apesar da relevância da cultura material escolar como objeto de estudo no âmbito da História da Educação, esses materiais foram durante muito tempo marginalizado pelos historiadores. Segundo Burke (1992), a História Nova, ao romper com o paradigma tradicional ou a visão do senso comum da história, passou a se interessar virtualmente por toda a atividade humana. Com a máxima de que, se tudo tem uma história, essa história pode ser reconstruída, a História passou a se interessar pela história de coisas que até então não haviam sido pensadas ou que não se imaginava terem uma história. Testemunhou-se assim a ascensão de uma abordagem que buscou investigar temas como, a infância, a morte, o clima, os odores e até mesmo o silêncio (Burke, 1992, p. 11).

Foi a partir desse aporte teórico, mais especificamente, da História Cultural que os objetos escolares despontaram como fontes de estudos para a investigação da escola. Nos balanços realizados sobre a produção historiográfica brasileira, em uma parte significativa dela, tem sido recorrente, a partir do alargamento da concepção de fontes, associadas aos tradicionais documentos escritos, o interesse pela materialidade escolar. Esse movimento permitiu dar visibilidade a uma significativa produção na História da Educação, cujos interesses recaíram no escrutínio dessa materialidade, investigando seus processos de difusão e imposição e constituindo um campo de investigações sobre a provisão material que compõe as instituições de ensino, principalmente no período do Império brasileiro.

Seguindo essa direção, neste artigo, apresenta-se um balanço quantitativo da provisão material das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo no decurso do século XIX. Por meio dos procedimentos de localização, recuperação, seleção e ordenação, reuniu-se um conjunto de fontes documentais da escrita administrativa produzida por diferentes agentes educacionais, relativas à instrução elementar paulista, como os relatórios dos presidentes da Província, os registros dos professores e os livros de inventários das escolas paulistas oitocentistas.

A análise dessa documentação permitiu uma aproximação dos materiais escolares que circularam na Província de São Paulo nesse período delineando suas tipologias, usos, produções e o modo como se fizeram presentes no cotidiano dos espaços destinados à instrução. Com essa intenção, parte-se do pressuposto de que os traços dessa cultura material escolar podem compor uma narrativa histórica que permite melhor entender o processo de organização e desenvolvimento da instrução elementar paulista bem como identificar os materiais e utensílios que eram utilizados nas escolas no percurso do século XIX.

Materialidades nas escolas paulistas oitocentistas

Em que condições materiais os professores da Província de São Paulo exerciam o seu ofício? Quais eram os artefatos utilizados para ensinar o tripé da instrução pública (ler, escrever e contar)?

Ao apresentar um panorama sobre o desenvolvimento da instrução pública brasileira, Almeida (1989) atestou que a Província de São Paulo era uma das mais ricas do Império, possuindo um vasto território. O aparente desenvolvimento da província coincide com o início da organização e implantação do seu sistema de instrução elementar e constitui um período da história da cidade denominado pelo memorialista Bruno (1984, p. 394) como “burgo dos estudantes”, em que o ritmo de transformações é descrito como “lento e o espaço quase estático”.

Os condicionantes sociais, econômicos e culturais de São Paulo, no decorrer do século XIX, se traduzem também na provisão material de suas escolas de primeiras letras, uma vez que a equiparação material dessas instituições reflete o desenvolvimento da Província ao longo desse período. Para apresentar as materialidades das escolas de primeiras letras da Província de São Paulo no decurso do século XIX foi analisado um conjunto de fontes documentais relativas à instrução pública primária como: os pareceres dos Presidentes da Província; os relatórios dos professores e documentos sobre o comércio de materiais escolares, especificamente, os livros de inventários da Província.

Esleveu-se como local de busca desse material o acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), mais especificamente, as séries Instrução Pública e Ofícios Diversos. Hilsdorf (2002, p. 186) comentou a potencialidade dessa documentação ao identificar “os agentes, as instituições e os processos de formação e ensino” na escolarização paulista, principalmente entre as décadas de 1820 e 1860. Esses documentos permitem acessar traços das experiências cotidianas, da cultura material e das relações pedagógicas que produziram as escolas paulistas oitocentistas.

Sobre os relatórios dos Presidentes se trata de importante massa documental para investigar a escola, pois revelam prescrições, localização, provimento, normas para matrícula e frequência, programas de ensino, métodos, material escolar, calendário entre outros aspectos. Já os relatórios dos professores, quase em sua totalidade amarelados pelo tempo, conservados ou rasgados, com caligrafia pouco legível, em conformidade com as leis, decretos e regulamentos, são apontamentos que evidenciam o cotidiano escolar. Foram localizados inúmeros registros elaborados por professores(as) de diferentes localidades da Província de São Paulo.

Esses documentos, todos manuscritos, segundo Barra (2001, p. 19), “sintetizam, no movimento constitutivo da escola elementar do século XIX, as condições materiais que ensaiavam as práticas de ensinar e aprender”. Por sua vez, os inventários vinculados ao comércio escolar configuram-se documentação importante dos indícios da aquisição dos equipamentos que concretizaram o desenvolvimento da instrução pública paulista. Neste artigo, foi analisado, especialmente, o Livro de Móveis e utensílios (1854) que contém a provisão material das escolas paulistas entre os anos de 1854 até 1872.

Toda essa massa documental traz indícios, traços da cultura material escolar paulista. A começar pelas observações dos Presidentes que, em relatórios dirigidos à Assembleia Legislativa, dão a conhecer o estado das escolas de primeiras letras e dos estabelecimentos de instrução elementar e são reveladores das relações conflituosas ou pacíficas que a presença ou ausência desses objetos possibilitaram na concretização dessa cultura material escolar.

A título de exemplo, o Conselheiro Manuel Felisardo de Souza e Mello, que governou a Província de São Paulo entre os anos de 1843 e 1844, registrava em 7 de janeiro de 1844 que:

são igualmente reiteradas as exigências de utensílios necessários ao arranjo interno das Aulas, e d'objectos para o ensino, notando os Professores haverem meninos tão pobres, que deixão d'escrever por não terem papel; e, bem que tenha a Presidência mandado fornecer-lhes alguns traslados, lousas, e outros insignificantes objectos existentes na Contadoria Provincial, é indispensável que providencieis a respeito, lembrando-vos que a Constituição do Império garante a instrução primaria, e gratuita aos Cidadãos Brasileiros, e que é doloroso saber que um jovem, talvez dotado de perspicácia deixa de aperfeiçoar-se em escripturação, fica privado d'estudar a Grammatica da Língua Nacional, só porque seus pais não podem, por sua indigência comprar-lhes alguns cadernos de papel. O Cathecismo historico de Fleury, impresso por ordem da Assembléa Provincial para uso das Escolas de 1ª letras acaba de ser enfim por meu antecessor distribuído (São Paulo. (Estado). 1844, p. 9).

Igualmente, o discurso do presidente José Joaquim Fernandes Torres, datado de 2 de fevereiro de 1858, denunciava o problema da falta de objetos escolares para o devido ensino e, de acordo com o Presidente:

Grande parte das escolas está balda de móveis e utensílios, ora pagar mal ao magistério de primeiras letras, e sobrecarregá-lo ainda quer com o aluguel da sala para a escola; e quer com a despesa de aquisição dos moveis e utensís, se, os quais é impedida de funcionar, é fato sobre modo inadmissível, que entendo dever atrair os cuidados do governo (São Paulo. (Estado). 1858, p. 4).

Desde os primeiros relatórios dos presidentes, descreve-se o estado dos locais destinados à instrução paulista, denuncia-se a falta de material, dos principais utensílios necessários ao ensino e a precariedade dos espaços. O estado de abandono das escolas paulistas, no que tange aos aspectos materiais, era evidenciado também pelo presidente Sebastião José Pereira em 2 de fevereiro de 1876:

os cofres públicos apenas concorrem com a mobília, todas as despesas da escola, inclusive as casas são pagas do bolso do professor, a maior parte de seus vencimentos é absorvida pelo aluguel da casa, e por isso não admira que as escolas sejam estabelecidas em casas pequenas e acanhadas, que não podem comportar os alunos que as frequentam (São Paulo, 1876, p. 3).

Mesmo no final do período oitocentista, às vésperas da implantação da República, a situação das escolas da Província era relatada pelo presidente Laurindo Abelardo de Brito, no dia 5 de fevereiro de 1880, que denunciava a ausência dos principais utensílios precisos ao ensino:

Em minha visita à diversas escólas senti-me entristecido ao observar falta absoluta de móveis decentes, utensis indispensaveis e livros de ensino. Nada conheço mais desolador do que o aspecto de nossas escólas do interior. Vi uma escóla de meninas em compartimento contiguo uma taverna da professora, que de sua cadeira de ensino regulava as tranzacções de compra e venda. Autorisei a compra de 800 exemplares do «Novo methodo de ensinar -a ler e escrever » do Dr. Freire, de 500 exemplares das Lições de História Pátria pelo Dr. Americo Brasiliense, e contractei a aquisigão de 6:000 exemplares do Compendio de Geographia do Dr. Jeronymo Sodré, obra que deverá publicar em breve e em que se obrigou a tratar desta Provincia, com mais particularidade do que o fez em seu livro já publicado. Esperando de vós sobre este assumpto toda a dedicação de que sois capaz, faço minhas as palavras de Washington em seu Adeu ao povo dos Estados Unidos em 1796 «Favoreci como um objecto de primeira necessidade as instituições que tenham por fim generalisar a difusão da instrucção; quanto mais irnperio dá á opinião

pública a forma de governo tanto mais essencial é que a opinião pública seja ilustrada (São Paulo, 1880, p. 35).

E, ainda, as condições materiais das escolas paulistas eram expostas pelo presidente Pedro Vicente de Azevedo que, em ocasião à Assembleia Legislativa no dia 11 de janeiro de 1889, relatava:

As escolas públicas da Província permanecem, na generalidade, funcionando em local improprio, muitas vezes sem condições hygienicas e desprovidas de tudo quanto lhes é indispensavel. A lei da reforma, creando em cada municipio um fundo escólar, deu-lhe para principal base o imposto de capitação e determinou que tal fundo fosse pelos Conselhos Municipaes applicado, até a sua quantia, na con-strucção de casas para as escólas, aquisição de moveis, utensis e outros objectos de que precisarem ellas (São Paulo, 1889, p. 59).

E, assim, os relatórios dos presidentes vão apontando as precariedades das escolas paulistas em um movimento de insatisfação com aquela realidade, contudo, sem oferecer à Província condições reais de melhoria contribuindo para explicitar o descaso com a provisão material escolar, que também era identificada nos relatórios dos professores que deixaram registradas as problemáticas do seu ofício, sinais do andamento de seus fazeres e denúncias sobre as dificuldades enfrentadas no exercício da docência.

Em 20 de março de 1827, por exemplo, o professor João Francisco dos Santos solicitou uma relação de objetos necessários ao desenvolvimento da instrução dos meninos que frequentavam o Seminário de Santana. Entre os utensílios para o ensino da leitura e da escrita, o mestre pediu: “1 colleção de exemplares de Ventura, 1 dicionário portuguez, 1 orthographia, 400 prêmios de monitores, 37 canetas de latão, 200 lápis de pedra, 3m de esponja, 100 pedras de escrever” (Santos, 1827, p. 1). Identificou-se e se comprova, a partir da figura 1, que foram encaminhados para quatro escolas do ensino mútuo, na Província de São Paulo, no decorrer do ano de 1827:

4 Coleções completas de Exemplares de Ventura, 4 resmas de pautas, 1 tomo encadernado intitulado: Regras Methódicas, 4 colleções de exemplares para a leitura, 4 colleções de Arithmética, 4 colleções da História Sagrada, 4 colleções de traslados, 4 colleções de cadernos de

lições, 320 pedras, 50 mafras de lápis da mesma, 240 tinteiros de chumbo pequenos para os bancos, 320 canetas de latão, 800 preming de monitores e preming (Santos, 1827, p. 2).

Figura 1 - Relação de utensílios para quatro Escolas do Ensino Mútuo em São Paulo - 1827

174 *Relação dos Utensílios necessários para quatro Escolas do Ensino Mútuo nesta Província de São Paulo.* C. 70
P. 2
D. 64
865

1. Collecção completa de exemplares de Venturas.
 1. d.º de Pautas de m.º.
 1. Tomo encadernado intitulado = Regras Methodicas de m.º.
 1. Collecção de exemplares p.ºs licturaes.
 1. d.º de d.º de Arithmetica.
 1. d.º de d.º de Grammatica Portugueza.
 1. d.º de d.º de Historia Sagrada.
 1. d.º de Trabalhos.
 1. d.º de cadernos de Dicoens.
 1. d.º de d.º de Arithmetica.
 320. Pedras.
 50 Mafras de lapis da mesma.
 240 Tinteiros de chumbo pequenos p.ºs bancos.
 320 Canetas de latão.
 1 Orthographia.
 1 Dicionario Portuguez.
 800 Preming de Monitores. e Preming.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, CO5035.

Ainda para o Seminário de Santana, o mestre João Francisco dos Santos solicitava, em 14 de abril de 1830, “hum dúzia de massos de lápis de pedra, cinco (ilegível) canetas, hum colleção de Exemplares, duas libras de esponjas e um cento de perdões” (Santos, 1830, p. 1).

Para a escola primária da Villa de Itu, em 29 de fevereiro de 1832, o professor Antônio Maria Guartin solicitava ao Presidente da Província, o Exmo. Dr. Rafael Tobias de Aguiar, uma relação de utensílios destinados à escola do ensino mútuo naquela Villa. Em seu relatório, o mestre indicava que eram necessários para instruir os meninos: “pedras, maços de lápis de pedra, esponja, tinteiros com seus areeiros e maços de cordões” Guartin (1832, p. 1).

Enquanto isso, o relatório apresentado pelo professor Carlos José da Silva Telles, mestre da Escola de Primeiras Letras da Freguesia de Santa Ifigênia, em 1837, apontava os materiais e utensílios indispensáveis ao desenvolvimento da instrução. Conforme demonstra a figura 2, a lista compreendia diferentes materiais necessários para o adiantamento dos meninos.

Figura 2 - Relação dos objetos precisos para a Escola de 1^{as} letras de S.^{ta} Ifigenia

+ 60 louças,	+ + 60 canetas.
+ 6 massos de lapis de pedra.	+ + 4 lb de esponja.
+ 2 porretes de barbanete.	+ + 30 tinteiros de chumbo.
20 compassos com seus tira-linhas.	3 cimicirculos de ferro.
1 dicionario de Moraes ultima edicao?	1 exemplar do ensino mutuo.
+ 6 canivetes p ^a penas.	+ + 6 canivetes p ^a lapis de pedra.
6 telegrafos.	6 vidros p ^a as janellas.
1 fecho pedrex p ^a a porta da rua.	1 fechadura p ^a a prizao.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, CO4913.

Além dos materiais mencionados, o professor Telles solicitava: exemplares de letras cursivas, grandes e bastardas, tintas, lápis, papel, penas e acessórios relacionados à higiene e disciplina na escola, como: pote, barril, gamela. É possível constatar no relatório do professor Telles, diversas reclamações sobre a ausência de utensílios destinados ao ensino, demonstrando que a precariedade estrutural e a falta de recursos materiais eram uma constante na escola de primeiras letras de Santa Ifigênia. Segundo o mestre, os bancos da escola que serviam de mesas tinham um pouco mais de um palmo de largura sendo preciso que tivessem no mínimo um palmo e meio e que suas pernas fossem distantes para que tivessem mais firmeza. Os tinteiros de chumbo deveriam estar em gavetinhas evitando que os alunos cortassem os aros e estragasse a tinta; a prisão da sala estava fraca, necessitando de mais segurança, e a pedra de riscar necessitava ser tingida e tirada sua moldura, visto que devia incomodar os dedos das crianças.

O trecho abaixo é o relatório dos professores Carlos José da Silva Telles e Vicente Costa Cabral e ilustra parte da materialidade que compôs a Escola de Santa Ifigênia e a Escola da Sé. Nele, os professores, solicitam alguns materiais para o andamento da instrução. O professor Cabral, da escola da Sé, pede “hum quadro preto de madeira de 4 $\frac{1}{2}$ de palmos de lado e de hum compêndio intitulado “Princípios de desenho linear, arranjos pelo illustre deputado Holanda Cavalcanti”. Já o professor Carlos, solicitava “hum compêndio de aritmética de Besout”. E, ambos, solicitavam os seguintes objetos:

duas colleções completas de traslados impressos em letra inglesa, 2 esquadros e dois compassos de bom tamanho, 102 regoas, duas de 3 palmos de cumprimento cada huma, divididas em polegadas para os exercícios de Geometria e 100 de palmos e meio para uso dos discípulos, 16 quadros negros com 4 palmos de altura e dois de base para os semicírculos, outros tantos compasso, e esquadros menores, q’ os acima mencionados, com igual número de regoas com dois palmos, divididos também em polegadas, 4 semicírculos de metal de bom tamanho, os sólidos mais necessários para a inteligência dos meninos feitos em páo, 2 catecismos de Montepellier para as explicações da doutrina, esponja, lápis e papel para vários discípulos 2º aula, tinta para os que exercem sobre o papel, gis, pautas de meia folha, e bilhetes de prêmio, além destes, dos objetos seguintes, de tal forma impressos que se possa fazer delles nos quadros, a saber: 2 colleções de Doutrina Christã, a Constituição do Império, e duas colleções de Arithmética (Cabral; Telles, 1841, p. 1).

Também da Escola de Santa Ifigênia, o mestre Manoel Dias da Silva requeria em 30 de julho de 1853, uma lista de materiais considerados indispensáveis ao ensino: “papel, penas, tintas, lápis, pautas, traslados de bastardo, bastardinho e cursivo, tabuadas, colleções de Cartas de Syllabas, Cathecismos e Grammáticas Portuguesas”. E, em 6 de fevereiro de 1854, o mesmo professor pedia:

2 resmas de papel, 3 dúzias de lápis, 4 massos de penas de aves, 1 graxa dita de ferro, 2 canivetes, 24 pautas, 20 colleções de Cartas de Syllabas, 12 Cathecismos, 24 taboadas, 6 Grammáticas Portuguesas, 4 garrafas de tintas, 2 cadeiras, 1 banco, 10 vidros e 2 cortinas para as janelas” (Silva, 1854, p. 1).

Em 1843, Manuel Bento de Andrade, professor da escola de Itanhaém, que contava com dezesseis alunos, reclamou que “os suprimentos são feitos todos a minha custa: de casa para a escola, de mesas, bancos, pautas, traslados, lápis, tinta e penas. Isto me faz pesado o cargo e mais ainda quando afluí maior número de alunos” (Andrade, 1843, p. 1). Semelhantemente, o relatório apresentado pelo professor Francisco José dos Santos e Oliveira da Escola de Mogi Mirim, em 1852, oferece uma descrição dos objetos e utensílios que ele necessitava para desenvolver a instrução elementar daquela Villa. Segundo o professor, para o ensino da caligrafia, ele utilizava: “traslados[...] que me forão mandados pelo Governo em 1850; e são: Linhas, Bastardo, Bastardinho e Cursivo” (Santos, 1852, p. 1). Além disso, o professor relatava necessitar de:

3º Exemplares, e Livros de leitura, são: Cathecismos e cartilhas. 4º Grammatica he a do Pe. Ignacio Felizardo Fortes, a q. não me tem sido possível applicar a meus alumnos, pela inconstância de seus Pais, que apenas o filho lê, escreve, e conta com presteza, o levão para applicar em outras occupaões. 5º O Cathecismo adotado, he o de Fleuri, traduzido pelo Doutor Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, que foi mandado pelo Governo. 6º As correções d’aula, são reprehensões brandas, e o uzo da palmatoria moderadamente (Santos, 1852, p. 1).

O relatório da professora Inocência Querubina Teixeira do Amaral indicava materiais que ela utilizava, que corroboram para compreender as características da cultura material na Escola de Primeiras Letras do sexo feminino da Villa de Capivary. A mestra registrava em 1852: “os exemplares e livros de que uso para a leitura são por

assim dizer qualquer que me se oferece na ocasião porque muitas meninas são pobres e não me é possível designar livros de leitura, por isso, lê em jornaes e cartas” (Amaral, 1852, p. 1).

Em sua exposição, a professora Inocência acusou ter recebido ofício de 8 de março de 1852, que estabelecia a tabela de mobília, utensílios e modelo de matrícula. No entanto, reclamava que o mobiliário enviado pelo governo não era suficiente para atender suas 24 alunas. No mesmo ano, o professor Antônio Leite de Campos, mestre da escola masculina do mesmo Distrito, apresentava em seu relatório uma lista de móveis e utensílios existentes na escola:

1 mesa com nove palmos de cumprimento e quatro de largura, 2 bancos de 13 palmos para os meninos, 2 bancos de 8 palmos para os meninos, 15 cartas de sylabas para leitura, 18 traslados para escrever, 10 pedras para escrever e estas sem lápis, 3 Cathecismos da Doutrina Christã (Campos 1852, p. 1).

Para sua escola localizada na Freguesia da Sé, a professora Benedita Trindade do Lado de Christo requisitou, em 30 de agosto de 1854, “duas resmas de papel, dozes lousas, duas garrafas de tintas, doze cathecismos e alguns traslados” (Christo, 1854, p. 1). E, ainda, a necessidade de artefatos e espaços adequados para a organização e desenvolvimento da instrução foi reclamada na Escola de primeiras letras da Villa de Jacarey, cujo mestre, José Rodrigues de Toledo e Silva, afirmava em relatório encaminhado ao Inspetor Geral da Instrução Pública, Dr. Diogo de Mendonça Pinto, que “acham-se matriculados em sua escola 58 meninos, sendo muito sensível a falta de alguma mobília e utensílios” (Silva, 1852, p. 1). O mestre Silva se queixava que, da tabela que lhe fora encaminhada pela Secretaria da Instrução Pública em 1854, havia em sua aula apenas: “1 mesa de 10 palmos de cumprimento e 8 bancos também de 10 palmos, 3 pedras, 1 dita grande para giz, e 5 cathecismos de Fleury, faltando por consequência uma mesa de 5 palmos em quadra 1 cadeira sobre um estrado correspondente para o mestre” (Silva, 1854, p. 1). E, ainda, o professor relatava faltarem-lhe os seguintes utensílios: papel, penas, lápis, pautas, tintas, régua, exemplares para leitura em cartões, traslados, mais catecismos, e mais pedras com lápis: “de cujos utensílios a minha aula carece ser provida

quanto antes para que eu possa cumprir mais precisamente os deveres do magistério” (Silva, 1854, p. 1).

Em 15 de abril de 1854, o professor Luís Gonçalves da Rocha, da escola da Villa de Campo Largo de Sorocaba, apresentava ao diretor da instrução pública um orçamento das despesas com móveis e utensílios de que precisava sua escola. Na lista de despesas estavam: 1 cadeira para o professor, 1 mesa, 1 estrado, 4 mesas de 10 palmos de comprimento, 8 bancos da mesma compridão, 8 réguas de jacarandá, 20 estantes, 12 nichos. Em seguida, o mestre expunha o orçamento anual que se devia despendar com a aula e utensílios de sua escola sendo:

aluguéis da sala para a aula 36\$00; papel e resma 2\$00; lápis, pennas e tintas 2\$00; 1 catecismo; 1 dito de Fleury; 1 Cartinha Nacional; 1 Arithmética; 1 Geographia; 1 Dicionário Português; 1 Geometria; 1 Bíblia; 1 Colleção de Traslados (Rocha, 1854, p. 2).

De acordo com José Euzébio d'Alma Furtado, professor da Escola de Primeiras Letras da Villa da Cunha, em 12 de outubro de 1855, sua escola “achava-se até o referente mês desmunida inteiramente de utensis. Essa era causa de grande dificuldade das transações de seus alunos” (Furtado, 1855. p. 1). Problema semelhante era delatado em 1852, por Carlos Antônio de Amorim, inspetor do Distrito da Villa de Apiahy, que descrevia o estado e condições materiais daquela escola e afirmava:

faltão translados, livros e compêndios, os que são de grande necessidade. Havendo bastantes meninos na indigência, principalmente órfãos, por isso acho de grande necessidade, móveis e utensis, para esta escola, visto que presentes nada tem (Amorim, 1852, p. 1).

Enquanto isso, na Escola de Primeiras Letras da Villa de Batatais, o professor Antônio Bueno dos Santos Silva requisitou ao inspetor do Distrito, em 11 de abril de 1855, “2 mesas grandes com gavetas e fechaduras; 6 bancos, 12 pedras e lápis; catecismo da doutrina, papel, tintas, translados, réguas, pautas, tabuadas; uma pedra que fará equações e arithmética e um livro para inventariar os utensílios da escola” (Silva, 1855, p. 1).

E, para a escola do sexo feminino na Villa de Conceição dos Guarulhos, a mestra Benedicta Franco Ferraz, em documento datado de 4 de fevereiro de 1867, encaminhado ao Diretor da Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto, alegava que recebia do padre Antônio Benedicto de Camargo, os móveis e os utensílios constantes na relação que havia solicitado naquele ano. A professora aproveitava a ocasião para pedir alguns exemplares do Cathecismo brasileiro a fim de os utilizar com as alunas pobres de sua escola.

Em alguns casos, a necessidade de equipar materialmente as escolas com os utensílios destinados à instrução era realizada pelo próprio professor, tal como fez o mestre Benjamim Constant de Oliveira, da Escola de Primeiras Letras da Villa de Guaratinguetá. Em 4 de junho de 1855, o professor recebeu do Sr. Francisco Monteiro do Amaral, coletor da instrução pública, a quantia de \$2000, valor que se referia às despesas com móveis e utensílios comprados para sua escola. Entre os materiais havia “1 mesa de 14 palmos de comprimento para uso dos alunos; 10 bancos de 12 palmos de comprimento para os alunos; 1 mesa para uso do mestre” (Oliveira, 1855, p. 1).

Mesma situação passava o professor Francisco Valadares de Toledo, que, para atender os 44 meninos da escola do sexo masculino de Nossa Senhora do Ó, na capital de São Paulo, se responsabilizava pelos materiais de ensino necessários à instrução de seus discípulos. Segundo o inspetor Diogo de Mendonça Pinto, em 10 de abril de 1856, o estado da instrução pública naquela escola contava com muitos meninos necessitados de instrução. Dizia o inspetor que a circunstância do lugar não permitia a criação de uma cadeira do ensino primário, em razão da distância que havia dos sítios dos pais dos alunos.

Além disso, não havia naquela freguesia ensino particular. Por isso, o professor Toledo não poupava esforços para garantir a instrução pública dos meninos, sendo responsável por adquirir parte dos materiais necessários à instrução. Contudo, como em muitas outras escolas da capital e interior, a escola de Nossa Senhora do Ó sofria com a precariedade material. Em 1856, conforme atesta o relatório do inspetor Diogo de Mendonça Pinto, o estabelecimento da aula necessitava de “uma meza de 3 ½ palmos de altura e 3 ½ de largura, 3 bancos de 14 palmos e meio de comprimento, 10 louças e uma porção de livros” (São Paulo (Estado), 1856, p. 1).

Também, em Ararapira, o professor Antônio Afonso Cunha apresentava em 30 de junho de 1861 uma nota de móveis e utensílios que deveriam ser comprados para a Escola de primeiras letras daquela Freguesia. Entre os móveis citados, estavam: “1 mesa de 5 palmos em quadra sobre um estrado e uma cadeira para o professor, 5 bancos de 10 palmos de comprimento, 2 bancas de 10 palmos de comprimento e 2 ½ de largura para escrever” (Cunha, 1861, p. 1). Entre os utensílios necessários para o ensino da escrita, o mestre solicitava: “1 tinteiro e areeiro, 1 campainha, 1 canivete fino, 5 garrafas de tinta, 20 lousas, 20 canetas de latão, 3 canivetes ordinários para apontar lápis e 60 traslados sortidos” (Cunha, 1861, p. 2). Todavia, em 1862, o mestre afirmava: “continuo a fornecer a muita custa, papel, pena, lápis, compêndios para a leitura e gramática” (Cunha, 1862, p. 1).

Em Itu, parecia que a quantidade de utensílios não atendia à realidade e demanda da escola de primeiras letras. O professor Francisco Nicolas Lhemil alegava em 14 de julho de 1869 que:

não achando certos utensílios na escola, quando tomei posse, deixei de fazer o pedido, porque o número de alunos não exigia, hoje, porém, que tem-se matriculado avultado número de alunos, a necessidade obriga-me a pedir os utensílios que devião existir na escola” (Lhemil, 1869, p. 1).

O professor segue discriminando os materiais de que precisava: “um tinteiro e areeiro, uma campainha, um canivete fino, três dictos ordinários, 15 tubos, 27 lousas, 27 canetas, 90 traslados sortidos” (Lhemil, 1869, p. 2). Na mesma direção, queixava-se a professora Guilhermina Maria da Silva, da Vila de Una, denunciando que havia dias em que suas alunas iam para a escola sem papel e penas para escrever. A escola também não possuía ardósias e livros. Nessas condições, restava somente acalentar a assistência do poder público: “tambem de moveis a escola não esta montada como requer um tal estabelecimento e nutro esperanças que V. S. que tanto zela em prol da instrucção da Provincia, providenciará” (Silva, 1878, p. 1).

Como parte de seu inventário, em 12 de julho de 1877, o professor Francisco Antônio Silvado descrevia uma relação de móveis e utensílios pertencentes à extinta Escola de Primeiras Letras da Villa do Pary. Entre os materiais, destacavam-se: 2 bancos para escrever, 4 bancos para assentos, 1 mesa sem gaveta, 1 cadeira de braços, 1 campainha, 1 tinteiro e 1 areeiro, 2 compêndios de sistema métrico, 5 ditos de

Constituição do Império, 1 maço de traslados, 1 canivete, 20 canetas de metal, 1 Regulamento da Instrução Pública, 1 livro de matrícula, 5 tubos de chumbo e 25 pedras em mau estado.

Parte dos principais utensílios necessários ao ensino foi exigida e, posteriormente, comprados pela professora Francisca Sophia Lancaster, em 6 de dezembro de 1865, para a escola de meninas da Villa de São Roque. Entre os materiais reclamados pela professora, estavam:

2 bancos de 10 palmos, 1 banca de 10 ditos cumprimentos e 2 ½ de largura com vácuos para 10 tubos, 1 mesa de 5 palmos em quadra, além de 1 tinteiro, 1 areeiro, 1 campainha, canivetes, 2 garrafas de tinta, 5 tubos, 9 louzas, 9 canetas de latão e 30 traslados sortidos (Lancaster, 1865, p. 1).

Em relatório apresentado em 1878, o professor Joaquim Lopes da Silva, da cadeira de Queluz, asseverava:

A escassez de livros de propriedade da escola é também um dos maiores obstáculos com que tenho lutado. Não possuindo esta cadeira senão alguns compêndios do Cathecismo desta Diocese, para o ensino religioso, e alguns exemplares da Constituição Política do Imperio, para leitura e analyse, fácil é de reconhecer-se a difficuldade quase invensível de uniformizar-se o ensino n'uma escola publica em que a mor parte dos alumnos não podem comprar os livros que o Professor lhes pede, por falta de recursos (Silva, 1878, p. 1).

O relatório do professor Christiano Vockarz, da Escola do sexo masculino do Bairro dos Valinhos, elaborado em 1885, confirmava que era ele quem havia adquirido os móveis para sua escola. O mestre registrava:

No relatório que apresentei em junho do corrente ano, fiz ver o estado em que encontrei a cadeira, quando tomei posse. Achava-se ella inteiramente desprovida dos móveis e materiaes necessários ao ensino. Havia requerido dos móveis necessários, mas sem ser providenciado e como o número de alunos crescesse de dia para dia, vi me na necessidade de mandar fazer o necessário a minha custa (Vockarz, 1885, p. 1).

E, também, o professor Francisco de Oliveira Cabral, em cumprimento ao disposto no artigo 110, parágrafo 11º do Regulamento de 18 de abril de 1869, relatava ao inspetor de ensino, Arthur César de Guimarães, o estado, necessidade e adiantamento dos alunos da

escola primária da Estrada da Pedreira da Freguesia de Amparo em 1 de novembro de 1885. O mestre dizia que havia mandado fazer uma mesa e tomado alguns bancos emprestados.

Tenho a honra de relatar o seguinte: Tendo-se reaberta escola em 1º de agosto do corrente ano não tive nenhum aluno para matricular começando esta a funcionar do dia 3 do mesmo em diante. funciona esta escola numa das piores casas desta localidade visto que o aluguel aqui é caríssimo e essa mesma tenho completamente desprovida dos utensílios indispensáveis à uma escola pública o que me obriga a ter alguns alunos assentados em caixas, servindo para os que começam a escrever uma mesa que mandei fazer a qual me custou 15000 réis e 2 bancos que tenho emprestado. Quanto ao adiantamento dos alunos por enquanto quase que nada se há de dizer já pelo pouco tempo que funciona esta escola sob minha regência já está destreza dos recursos de que atualmente me tem sido possuir dispor terminando. [...]. Solicito a benévola indulgência de vossa excelência para que sejam desculpadas as irregularidades e imperfeições deste trabalho executado sem a necessária prática e em circunstância bem desfavoráveis, pois que não faltaram dados que deviam ser fornecidos (Cabral, 1880, p. 1-2).

Igualmente, chama atenção o relatório do professor Antônio de Carvalho, da cadeira do sexo masculino de Piracicaba, em 1886, que, em meio à precariedade da escola, relata suas iniciativas para o ensino de seus discípulos e solicita ao presidente da província materiais de ensino que possam auxiliá-lo na prática do ensino intuitivo, como mapas e globos. Na falta desses materiais, o mestre recorria a outros objetos para concretizar a instrução, como, por exemplo, o uso de laranjas.

[...] para dar as noções aos meus discípulos da aula pública da forma da terra e suas divisões, sou forçado a servir-me de laranjas ou outras frutas que tem esta configuração, mas bem sabe V.S. que para quem já tem uma ideia dessas coisas, este método é bom, mas tratando-se de meninos sem o mínimo preparo, como são os que frequentam as nossas aulas, têm eles dificuldades insuperáveis quase e muito difusas, os nossos alunos só com muitas explicações e bem fundamentados compreendem alguma coisa (Carvalho, 1886, p. 1).

Embora a historiografia da educação evidencie que no período oitocentista a instrução paulista fora desenvolvida em locais extremamente precários, sem iluminação, pouco limpos, e, em alguns casos, até mesmo desprovidos de saneamento básico, sem água e sem sanitários, os relatórios dos mestres indiciam que, mesmo nesses ambientes

impróprios, existiram práticas pedagógicas reveladas pela produção, circulação e uso de instrumentos para o desenvolvimento da instrução e, em consequência do manejo desses artefatos, pode-se inferir que se constituíram diferentes modos de se organizar as escolas.

Constata-se que, em seus relatórios, os professores queixavam-se dos obstáculos enfrentados na docência, especialmente, a falta de materiais escolares e a precarização dos espaços destinados ao ensino eram as principais reclamações. Identifica-se uma grande adversidade que atravessou todo o século XIX na província paulista, a ausência dos principais objetos e mobiliários para o ensino do ler, escrever e contar. Embora os relatórios dos mestres apontem o pedido de inúmeros materiais escolares, não foi possível constatar se os objetos solicitados chegavam às escolas. Entretanto, os registros dos professores, bem como os pedidos de materiais escolares e livros de inventários da Província de São Paulo são úteis para extrair aspectos da cultura material que foi sendo construída ao longo do período oitocentista. A partir dos indícios e resíduos extraídos dessa documentação é possível problematizar quais eram os artefatos e objetos utilizados pelos professores e professoras paulistas na tarefa de ensinar seus discípulos a lerem, escreverem e contarem no século XIX.

Organização da provisão material nas escolas paulistas oitocentistas

Os relatórios dos mestres paulistas reunidos neste artigo e o cruzamento desses registros com os livros de inventários localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP permitem inferir que, nas primeiras décadas do século XIX, não havia na Província de São Paulo um órgão específico responsável pela compra e distribuição dos materiais necessários ao desenvolvimento da instrução. Depreende-se que no início do século XIX é inexistente em São Paulo uma indústria voltada para o educacional. Esse florescimento industrial só seria possível na segunda metade do século XIX, a partir das Exposições Universais, aliadas à implantação da obrigatoriedade escolar, momento em que se vê a escola oficial como um mercado favorável e, o Estado, um comprador de lastro.

Ocorre que, antes da existência de uma indústria escolar autônoma e autossustentável, parece existir, conforme apontou Anjos (2019, p. 74), o que poderia se chamar de uma “protoindústria escolar, ou seja, as primeiras experiências industriais de fabricação de móveis para a escola”.

Entre as fábricas e as pequenas oficinas artesanais que foram sendo implantadas na Província de São Paulo no início do século XIX, destacaram-se as fábricas de velas, licores e cervejas, tecidos e chapéus, curtumes, tendas de celeiros e fabricantes de arreios, cangalhas e estribos de prata. Quase não há referências ao comércio de móveis e utensílios utilizados, especificamente, no meio escolar. Com isso, infere-se que ao longo do século XIX, nas escolas paulistas, a guiar pelas condições materiais existentes, era quase impossível garantir o ler, escrever e contar, tripé da instrução elementar. Isso sugere que no início do século XIX não temos na Província de São Paulo uma indústria escolar formada por uma ampla e variada cadeia de produção, composta por médias e grandes empresas industriais, capazes de produzir quantidades significativas de material escolar de todo tipo. Tal fato era resultado do primário e incipiente comércio moveleiro da Província. Isso responde em grande medida porque a maioria das escolas de primeiras letras não eram dotadas de mobiliário apropriado, nem suficiente e, menos ainda, de material didático básico para garantir a instrução.

Adversamente, os inúmeros relatórios dos mestres que solicitavam materiais para as escolas apontam que os móveis utilizados nas escolas de primeiras letras eram comprados pelos próprios mestres ou tomados emprestados de outros estabelecimentos, principalmente de instituições religiosas. Identifica-se que esse mobiliário escolar era composto principalmente de uma mesa para o professor, uma cadeira e um estrado; para os alunos, bancos ou bancas e mesas, às vezes, apenas assento, reduzido à simples expressão: tábuas, caixotes, mochos (bancos individuais sem encosto). Além do mobiliário foi possível identificar uma relação de objetos e artefatos para o ensino, costumeiramente solicitados pelos professores em diferentes épocas e localidades da Província e que são sintetizados na tabela 1.

Tabela1 - Relação da materialidade nas escolas paulistas oitocentistas

MÓVEIS	SUORTES DE LEITURA E ESCRITA	INSTRUMENTOS DE ESCRITA	HIGIENE E DISCIPLINA
Armários	Lousa (pedra grande, pedra individual)	Pena (de ave, de aço)	Latrina
Cadeiras	Quadros parietais	Lápis (de pedra, de madeira, de pau)	Gamela
Bancos	Silábario	Caneta (fina, ordinária, de latão)	Sinetas ou Campainhas
Mesas	Cartas de sílabas	Giz	Palmatória
Estrado	Livros	Tinta	
Quadro do Senhor crucificado	Manuais	Tinteiro	
Quadro de N. Senhora das Dores	Catecismos	Areeiro	
Quadros históricos da Província	Cartilhas	Canivete (fino ou ordinário)	
Estampa de N. Senhora da Conceição	Dicionários	Esponja	
	Gramáticas (Portuguesa e Nacional)	Traslado	
	Livro ou modelo de matrícula	Tábuas	
	Geografia da Província	Telégrafos	
	Quadros de História da Província	Tubos	
	Exemplares do Sistema métrico	Compassos	

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, Ordem 1124.

Evidencia-se que, ao longo do século XIX, em consequência da organização e desenvolvimento da instrução paulista, eram solicitados quatro tipos de materiais:

1) a mobília, que compreendia armários, cadeiras, bancos, mesas, estrado, escrivaninhas;

2) os suportes para o ensino dos conteúdos da instrução elementar, representados por: silabários, cartas de sílabas, livros, manuais, cartilhas, catecismos, dicionários, gramáticas, lousas (pedra grande ou pedra individual), papel, exemplares de leitura e escrita, exemplares do sistema métrico, quadros para o ensino de História e Geografia e, ainda nesta categoria, também se destacavam os suportes para o registro burocrático dos fazeres escolares, como os livros de matrícula;

3) os utensílios para a escrita: pena (de ave, de aço), lápis (de ardósia, pedra ou de madeira), caneta (de pedra, de latão), giz, tinta, tinteiro, areeiro, esponja, régua, canivetes (finos ou ordinários), traslados caligráficos, tábuas, telégrafos e compassos para o ensino de contas; e

4) os equipamentos destinados à organização da higiene e disciplina: latrinas, gamelas, palmatórias e campainhas.

A partir de 1850, em função da determinação do Regulamento de 1851, foi criada a Comissão de Móveis e Utensílios da Secretaria de Instrução Pública Paulista. A comissão era formada à época pelo reverendo Ildefonso Xavier Teixeira, pelo professor da Escola

Normal Dr. Manoel José Chaves e pelo professor de primeiras letras, Sr. Antônio Augusto de Araújo, todos responsáveis pela elaboração da *Tabela de Móveis e Utensílios* necessários às escolas de Primeiras Letras da Província.

Pelo Regulamento de 1851, a provisão material das escolas seria de competência do inspetor geral, a quem caberia a responsabilidade de “organizar uma tabella da mobilia, e utensis que cada escolla primaria ou secundaria devia ter com declaração do valor e duração de cada um” (São Paulo) (Estado), Art. 4º, § 14, 8 nov. 1851).

O inspetor geral também deveria ofertar “a forma e o modelo para a escripturação dos livros de moveis e utensis, e o das matrículas dos alumnos, os quaes todas as escolas primarias e secundarias são obrigadas dóra em diante a ter” (São Paulo) (Estado), Art. 4º, § 13, 8 nov. 1851).

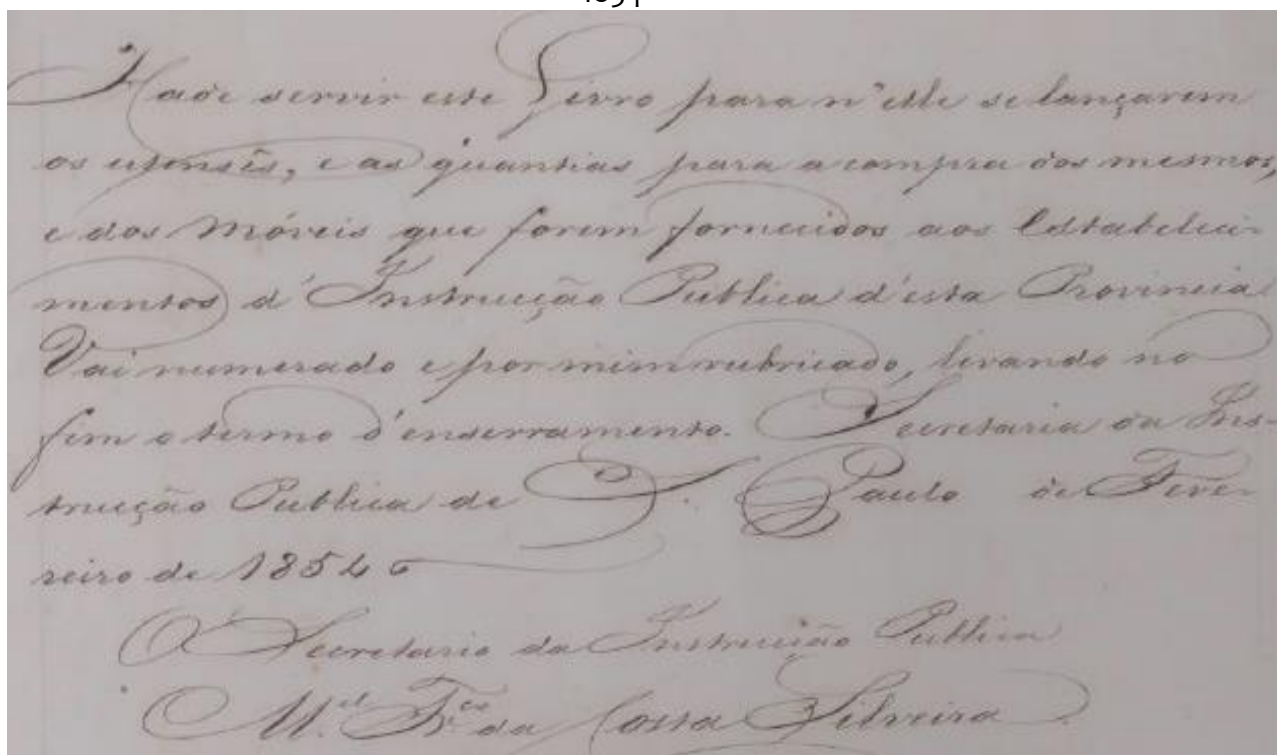
Desse modo, a provisão material das escolas paulistas na segunda metade do século XIX passa a ser registrada em livro de Inventário ou “*Livro de Moveis e Utensis*” que continha a distribuição dos móveis e objetos utilizados no desenvolvimento da instrução. Durante os anos de 1854 até 1872, a aferição do mobiliário escolar registrada em livro próprio para esse fim sugere que, na segunda metade do século XIX, começa a se desenhar um nicho de mercado de móveis escolares na Província de São Paulo.

A fim de verificar com quais móveis e utensílios o(as) professores(as) ensinavam nas escolas da Província de São Paulo a partir de meados de 1850, procedeu-se ao exame do “*Livro de Moveis e Utensis*”. Os móveis e utensílios escolares definidos pelas tabelas contidas neste livro revelam que a cultura material paulista na segunda metade do século XIX era composta por materiais básicos que “deveriam se adaptar à precariedade dos espaços de funcionamento das escolas e a qualquer orientação metodológica que guiasse as práticas escolares” (Barra, 2001, p. 76).

O “*Livro de Moveis e Utensis*” oferece indícios de como a administração pública paulista foi, paulatinamente, organizando-se para criar as condições físicas de funcionamento das escolas. Nele, são registradas autorizações às professoras e aos professores para compra de móveis e material escolar. Feito de capa dura na cor marrom, em formato de brochura, o livro é composto por 147 páginas, em que se registram o mobiliário das escolas do sexo masculino e feminino da Província de São Paulo, bem

como o valor de cada item (“móveis” ou “utensis”). A primeira página do livro contém o termo de abertura, assinado pelo Secretário da Instrução Pública, Francisco da Costa Silveira, que escreve: para “n’elle se lançarem os utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que foram fornecidos aos estabelecimentos d’Instrução Pública desta Província” (Silveira, 1854, p. 1), conforme figura 3:

Figura 3 - Termo de Abertura do “Livro de Móveis e Utensis” da Província de São Paulo - 1854



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, Ordem 1124.

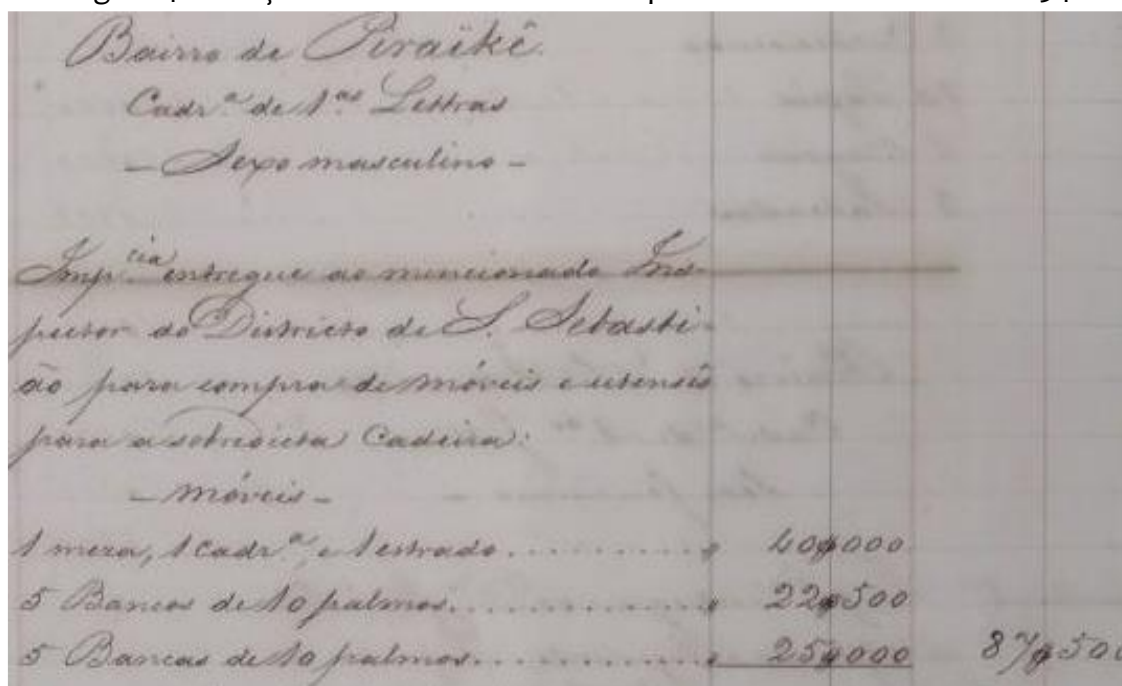
No verso da primeira página do Livro, datada em 1854, registra-se a importância entregue à professora Maria Francisca da Conceição Barbosa (51\$000), da Escola de Primeiras Letras do sexo feminino da Vila de Santa Isabel, e ao professor Manuel Dias da Silva (44\$600), da Escola de Primeiras Letras do sexo masculino da Freguesia de Santa Ifigênia, para compra de móveis. Essa situação pode ser observada até os anos de 1868 e 1869, mas também há compras que são feitas pelos Inspetores do Distrito, como se nota nas páginas 2 e 3 (verso), 4 (verso), 5 e 6 (verso) e 7.

Na parte superior do livro, no canto esquerdo ou direito, a depender da página, discrimina-se o mês e o respectivo ano; a localização ou Freguesia em que se encontra a

escola, a modalidade ou tipo de cadeira, sendo quase a totalidade de escolas de primeiras letras e algumas cadeiras de francês e de latim; e aponta-se o sexo que a escola atende, feminino ou masculino. Abaixo dessas informações, a relação da materialidade da escola é discriminada em duas categorias principais: “móveis” e “utensís”. A categoria de “utensís” era dividida em “utensís em dinheiro”, quando a escola ou professor(a) recebia a quantia em espécie para a compra dos artefatos, e a categoria “utensís recebidos”, quando a escola recebia do governo os próprios utensílios. Nas últimas páginas do livro consta um índice com a relação de todas as escolas do sexo masculino e feminino, totalizando 218 escolas.

Na categoria “móveis” são discriminados os principais mobiliários que deveriam existir em cada escola, fosse ela masculina ou feminina. A título de exemplo, a figura 4 aponta uma lista dos móveis recebidos pela Escola de primeiras letras do sexo masculino no Bairro de Pirakê, interior da Província. Identifica-se que a escola recebera, no ano de 1854, 1 mesa, 1 cadeira e 1 estrado (40\$000); 5 bancos de 10 palmos (22\$000) e 5 bancas de 10 palmos (25\$000), totalizando o valor de 87\$500 (réis).

Figura 4 - Relação dos móveis da Escola de primeiras letras de Pirakê - 1854



Bairro de Pirakê.		
Cadr. ^a de 1. ^{as} Letras		
- Sexo masculino -		
Imp. ^{ta} entregue ao mencionado Inspetor do Distrito de S. Sebastião para compra de móveis e utensílios para a referida Cadeira:		
- móveis -		
1 mesa, 1 Cadr. ^a e 1 estrado.....	40\$000	
5 Bancos de 10 palmos.....	22\$500	
5 Bancas de 10 palmos.....	25\$000	87\$500

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, Ordem 1124.

O cruzamento das informações registradas no “*Livro de Móveis e Utensis*” (1854) com os relatórios dos mestres paulistas dão pistas sobre como eram os móveis utilizados nas escolas de primeiras letras na segunda metade do século XIX. Os registros indicam mesas, mesas grandes ou pequenas, mesas com gavetas, mesas com vácuo para tinteiro, bancos, bancas, cadeiras de madeira, cadeiras de palhinha, cadeira com e sem braço, estrado. Infere-se que o mobiliário escolar paulista naquele período era em grande parte confeccionado em madeira. Dá-se atenção à presença de gavetas em alguns modelos de mesas, que deviam servir para guardar os utensílios destinados à escrita e a existência de vácuo para tubos, que deveriam ser preenchidos com os tinteiros de chumbo. Com isso, infere-se o uso dos tinteiros para os exercícios da escrita.

O investimento, quando existia, parecia obedecer ao critério do “mínimo necessário”, isto é, 1 estrado, 1 cadeira e 1 mesa para professor e bancos e bancas para os alunos (Alcântara, 2019, p. 28). Em algumas Freguesias, discriminavam-se os tamanhos das mesas e bancos, às vezes, pequena ou grande, às vezes mesas de 5, 6, 10 ou 12 palmos e bancos cumpridos de 5, 10 ou 12 palmos, bancas de 10 ou 12 palmos, que serviam como suporte para o ensino da escrita, e ainda se discriminavam as cadeiras de madeira, cadeiras com ou sem assento, cadeiras tipo palhinha, cadeiras com assento, cadeiras de braço envernizada, mesas com gaveta e vácuos para tubos. É apontada ainda a presença de estrado, pedra grande e alguns símbolos religiosos, como Estampa de Nossa Senhora da Conceição, Quadro do Senhor Crucificado e Quadro de Nossa Senhora das Dores.

Além do mobiliário, o “*Livro de Móveis e Utensis*” (1854) indica na categoria “utensis” os objetos destinados ao ensino da leitura e da escrita. A figura 5 discrimina a relação dos “utensis” entregues ao Dr. José Pedro de Azevedo, inspetor do Distrito de São Sebastião, da escola de primeiras letras do sexo masculino do Bairro de São Francisco.

Figura 5 - Relação dos “utensís” da Escola de primeiras letras de São Francisco - 1854

- Bairro de São Francisco -
Cadr.^a de 1.^o Letras
- Sexo feminino -

Imp.^{cia} entregue ao Dr. José Pedro de Almeida Aguiar, Insuportor do Districto de S. Sebastião, para compra de móveis e utensílios para a sobredicta Cadeira:

- móveis -		
1 Mesa, 1 Cadeira, e Avestrado.....	404000	
6 Bancos de 10 palmos.....	274000	
6 Bancos com p. ^a escrever.....	304000	974000
- Utensílios (em dinheiro)		
1 Campainha.....	14000	
1 Canivete fino.....	14600	
22 Canetas de latão.....	34960	
3 Canivetes ordinários.....	14200	74760
Utensílios que recebeu		
1 Tinteiro e areeiro		
Uma porção d'espumas		
22 Lousas		
Uma porção de lapis de pedra		
108 Traslados		
30 Cartas de Syllabas		

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, Ordem 1124.

Em 1854, a escola recebeu a importância de 7.770 (réis) para a compra dos seguintes utensílios: “1 campainha, 1 canivete fino, 22 canetas de latão e 3 canivetes ordinários. E ainda recebeu os seguintes materiais: —1 tinteiro e areeiro, uma porção de esponjas, 22 lousas, uma porção de lápis de pedra, 108 traslados e 30 cartas de sílabas”.

A partir da análise do “Livro de Móveis e Utensís” (1854), identifica-se que faziam parte dos “utensílios” utilizados na instrução paulista, os seguintes itens: Coleções de

cartas de sílabas; Coleções de cartas para leitura; Catecismo para alunos pobres; Gramática Nacional; Gramática Portuguesa; Catecismo de Fleury; Catecismo de Montpellier; Exemplos de leitura; Sistema métrico; Garrafas de tinta; Tinteiro; Areeiro; Tubos; Giz; Canetas (de latão, finas, comuns); Lápis (de pau, de latão, de pedra); Lousa (pequena, grande, individual); Papel (para peso, pautado); Resmas, Pautas; Pena (de ave, de aço); Canivetes (ordinário, fino); Regoa; Esponjas; Regulamento da Instrução Pública; Taboada; Traslados; Campainhas, Sinetas e Livro modelo para matrícula.

Embora os registros do “Livro de Móveis e Utensís” (1854) se estendam somente até o ano de 1872, ele indicia a existência de valores mais ou menos fixos, para compra de móveis pelos professores. Para a maior parte dos mestres é liberada, pelo Thesouro Provincial, a verba de 80\$000. Esse valor era suficiente para compra de: 6 bancos de 10 palmos de comprimento = 27\$000; 3 bancos de 10 palmos de comprimento e 2 ½ de largura = 15\$000 1 meza de 5 palmas em quadro = 20\$000; 1 cadeira para o professor = 18\$000. Esses materiais variavam de uma Freguesia para a outra. A tabela 2 apresenta, por exemplo, a lista de “móveis” e “utensís” da Escola de primeiras letras do sexo masculino da Freguesia de Lorena em 1854.

Tabela 2 - Livro de Móveis e Utensís - Freguesia de Lorena – 1854

Localização da Escola				Móveis		Utensís (em dinheiro)			Utensís (recebidos)		
ANO	LOCAL	C	S	Q.	ITEM	S	Q.	ITEM	S	Q.	ITEM
1854	Lorena	1ª letras	M	1	Cadeira		20	Lousas	8.000,00	1	Tinteiro
				1	Mesa	20.000,00	1	Campainha	1.000,00	2	Porções de esponjas
				1	Estrado		2	Resmas de papel	7.200,00	20	Tubos
				4	Bancos de 10 palmos	16.000,00	1	Canivete fino	1.600,00	30	Traslados sortidos
				4	Bancas de 10 palmos	20.000,00	6	Garrafas de tinta	3.000,00	30	Cartas de Syllabas
							22	Canetas	3.520,00	15	Cathecismos
							6	Gramáticas Portugues	7.680,00	30	Lápis
							3	Canivetes ordinários	1.200,00	7	Regoas
							150	Penas de aves	1.200,00	15	Taboadas
							7	Pautas	140,00	1	Areeiro

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP, Ordem 1124.

É possível identificar que, na escola de primeiras letras para o sexo masculino localizada em Lorena, havia, em 1854: 1 cadeira, 1 mesa, 1 estrado, 4 bancos de 10 palmos e 40 bancas de 10 palmos, totalizando o custo de 56.000,00 réis. A escola recebera em

dinheiro o montante de 34.540,00 réis para a compra de utensílios, dos quais estavam: lousas, campainha, resma de papel, canivetes, garrafas de tinta, canetas, Gramática Portuguesa, penas de aves e pautas. E ainda, é possível constatar que a escola era provida de tinteiro, porções de esponja, tubos, traslados sortidos, Cartas de Sílabas, Catecismos, lápis, regoas, taboadas e areeiro.

Os móveis e utensílios descritos acima nos permitem inferir os artefatos escolares que circulavam na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo que sugerem o ensino da leitura, da escrita e do cálculo, evidenciam uma preocupação por parte do governo paulista em inventariar os equipamentos precisos para o desenvolvimento da instrução pública.

Considerações finais

Ao longo do século XIX, em diferentes lugares da Província paulista, imperava a falta de recursos materiais para o desenvolvimento da instrução. Entretanto, não se pode dizer que a escassez desses recursos foi um impeditivo para o desenvolvimento do ler, escrever e contar. As diversas reclamações dos professores e suas denúncias frente às autoridades políticas apontam que os mestres se preocuparam em atender, dentro das limitações que lhe foram impostas, as necessidades de escolarização dos jovens e crianças da Província. Em função dessa precariedade, registrada em diversos relatórios, encontra-se nesses documentos a solicitação de diferentes artefatos e utensílios, os quais eram vistos como necessários para a efetivação da instrução elementar.

A relação dos artefatos precisos, presentes ou ausentes nas escolas da Província de São Paulo ao longo do Império, as reclamações sobre a precariedade de acesso a eles e as recorrentes solicitações de aquisição de mobílias e materiais suscitam compreender a intrínseca relação que a cultura material foi estabelecendo com o modelo de instrução instituído na Província de São Paulo no percurso do século XIX. Ao mesmo tempo, entende-se que a composição material escolar permite identificar desde as concepções pedagógicas que eram difundidas nas escolas paulistas, bem como os projetos pensados para as instituições escolares e suas práticas.

Também, se depreende que a carência material das escolas era relatada de modos distintos e a aquisição desses materiais se deu de diferentes formas. Há relatórios que apenas inventariam os materiais e relatórios que contêm a requisição deles; em outros casos, há relatos de que os materiais eram comprados pelos próprios professores. O que sugerem os dados aqui apresentados é que a presença ou ausência desses objetos estava diretamente associada às práticas dos(as) professores(as), de modo a impactar na eficácia e na qualidade da instrução.

Em suma, a partir da análise dos relatórios dos professores, diretores e inspetores de ensino e dos registros localizados no “*Livro de Móveis e Utensís*” (1854), é possível inferir que a cultura material escolar contribuiu na criação de um minucioso relato histórico de como as escolas paulistas funcionavam e de como a materialidade envolveu um sistema de produção artesanal e local. Essa afirmação apoia-se nos constructos de Lawn (2018), ao reconhecer que a história da cultura material escolar direciona um olhar para se perceber como a materialidade escolar se constitui em diferentes espaços, ou ainda como os objetos escolares ganham sentidos, como são utilizados, como se interligam por meio de redes ativas heterogêneas (pessoas e rotinas). Como identificado, o uso da materialidade escolar, seus objetos e suas estruturas materiais criaram nas escolas de primeiras letras da Província de São Paulo procedimentos e rotinas ativando uma rede de conhecimento e gerando processos de escolarização dos quais esses artefatos foram inseparáveis.

Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; INEP/MEC, 1989.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. Obrigatoriedade escolar e investimento na educação pública: uma perspectiva histórica (São Paulo, 1874-1908). **Revista História Da Educação**, Rio Grande do Sul v. 23, p. 1-28, 2019.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Para uma história da protoindústria escolar no Brasil Império: a Fábrica Röhre & Irmãos e seus bancos-carteira (1868-1883). **Educ. Rev.**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 71-94, jul. 2019.
Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602019000400071&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 31 maio 2023.
- BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2001.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo: metrópole do café (1828-1872)**. São Paulo: Hucitec, 1984. v. 2.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- LAWN, Martin. A materialidade dinâmica da educação escolar: professores, tecnologias, rotinas e trabalho. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. E-book. Vitória: EDUFES, 2018. (Coleção Horizontes, 14). p. 333-357.
- SÃO PAULO (Estado). **Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Manuel Felizardo de Souza e Mello no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, 1844**. São Paulo: Typografia do Governo, 1844.
- SÃO PAULO (Estado). **Relatório sobre o estado da Instrução Pública Provincial, apresentado pelo Inspetor Geral da mesma Instrução Pública –Diogo de Mendonça Pinto**. São Paulo: Typografia 2 de dezembro, 1856.
- SÃO PAULO (Estado). **Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 2 de fevereiro de 1858 pelo Presidente, José Joaquim Fernandes Torres**. São Paulo: Typografia Dous de dezembro, 1858.
- SÃO PAULO (Estado). **Regulamento da instrução pública**. [São Paulo (Estado) [S.l.: s.n.], 8 nov. 1851.
- SÃO PAULO (Município). **Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 2 de fevereiro de 1876, pelo presidente Sebastião José Pereira**. São Paulo: Typografia à vapor do Diário de Santos, 1876.

SÃO PAULO (Município). **Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 5 de fevereiro de 1880, pelo Presidente Laurindo Abelardo de Brito.** São Paulo, 1880: Typografia à vapor do Diário de Santos, 1880.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Paulo, no dia 11 de janeiro de 1889, pelo Presidente Pedro Vicente de Azevedo.** São Paulo: Typografia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1889.

SILVEIRA, Francisco da Costa. **Livro de registro dos utensis, e as quantias para a compra dos mesmos, e dos moveis que forem fornecidos aos estabelecimentos á Instrucção Publica d'essa Provincia", E1124, AE, MIP.** SÃO PAULO (Estado). [S.l.: s.n.], 1854.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez: 2007. p. 163-189.

Recebido em: 29/04/2024
Revisões requeridas em: 27/11/2024
Aprovado em: 12/12/2024

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 26 - Número 60 - Ano 2025
revistalinhas@gmail.com